

Apoio crítico: uma carta aberta à Bancada da Esquerda Radical

"Por um diagnóstico mais preciso, uma comunicação mais popular e uma estratégia revolucionária enraizada na realidade brasileira."

INTRODUÇÃO

À Bancada da Esquerda Radical,
Recebam nossa saudação fraterna.

Antes de qualquer consideração crítica, queremos reconhecer a importância da iniciativa de tornar pública uma reflexão sobre a conjuntura política brasileira e os desafios colocados para a esquerda combativa. Em um período marcado por derrotas, fragmentação organizativa e crescente ofensiva da extrema direita, consideramos um gesto político relevante abrir ao debate público uma análise estratégica e submetê-la ao escrutínio da militância.

Escrevemos esta carta em nome da Frente da Esquerda Revolucionária (FERA) e de seus signatários. Ela não nasce da intenção de polemizar por polemizar, nem da pretensão de oferecer respostas acabadas para problemas complexos. Surge, ao contrário, de um exercício coletivo de estudo, debate e elaboração política realizado entre militantes e não-militantes de todo o Brasil (e até mesmo fora), de diversas idades, tradições/visões político-econômicas. Indivíduos da classe trabalhadora de diversas raças, etnias, gêneros, sexualidades, religiosidades e espiritualidades.

Quando o documento foi publicado, diversas organizações, coletivos e analistas apresentaram rapidamente suas avaliações. Nós optamos por um caminho diferente. Preferimos deixar a poeira baixar, acompanhar as primeiras repercussões, ouvir outras interpretações, aprofundar nossa própria leitura e construir coletivamente uma posição. Entendemos que a elaboração política ganha qualidade quando não é guiada apenas pela urgência da resposta, mas pela disposição de ouvir, refletir e amadurecer os argumentos.

É justamente desse processo que nasce esta carta.

Nossa posição: um apoio crítico

Nossa intenção não é enfraquecer a Bancada da Esquerda Radical, muito menos estabelecer uma disputa estéril entre organizações que compartilham, em grande medida, um horizonte comum de transformação social.

Pelo contrário.

Acreditamos que a esquerda brasileira necessita, mais do que nunca, recuperar a capacidade de produzir diagnósticos rigorosos, formular estratégias consistentes e dialogar com amplos setores da classe trabalhadora. Esse processo exige coragem para formular críticas públicas, mas também maturidade para recebê-las como parte da construção coletiva.

É nesse espírito que escrevemos.

Reconhecemos a importância da Bancada da Esquerda Radical como uma das expressões mais relevantes da reorganização da esquerda brasileira nos últimos anos. Saudamos sua disposição em intervir no debate estratégico e consideramos que documentos como o recentemente publicado cumprem um papel importante ao estimular uma reflexão que ultrapassa os limites das próprias organizações que a compõem.

Nosso objetivo, portanto, não é negar esse esforço, mas contribuir para seu aprofundamento. Nossa crítica é fraterna porque parte do reconhecimento de que estamos inseridos no mesmo campo político e enfrentamos adversários muito maiores do que nossas divergências internas. É justamente por compartilhar esse horizonte que consideramos necessário apontar aquilo que, em nossa avaliação, limita a força política do diagnóstico apresentado e, conseqüentemente, a estratégia que dele decorre.

Nossa própria autocrítica

Seria incoerente exigir abertura ao debate sem praticá-la entre nós mesmos.

Esta carta também é resultado de um intenso processo de divergências internas. As leituras sobre o documento não foram uniformes, tampouco nossas interpretações sobre a conjuntura brasileira coincidem em todos os aspectos. Houve discordâncias sobre prioridades, formulações e até sobre o tom que esta intervenção deveria assumir.

Essas diferenças não foram ocultadas. Pelo contrário: constituíram parte fundamental do processo de elaboração que culmina neste texto.

As posições aqui apresentadas representam os consensos que fomos capazes de construir até este momento. São, portanto, sínteses provisórias, abertas à revisão e ao aprofundamento. Nosso debate interno permanece vivo, porque entendemos que nenhuma organização revolucionária deve confundir unidade política com unanimidade permanente.

Assumimos essa condição não como uma fragilidade, mas como uma demonstração de que a elaboração coletiva exige tempo, escuta e disposição para revisar as próprias convicções. Esperamos da esquerda a mesma abertura que buscamos cultivar em nossa própria prática.

O momento político exige mais do que diagnósticos corretos

Vivemos um período particularmente complexo da história brasileira.

A extrema direita consolidou uma presença social e cultural que não desapareceu com a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro. O capitalismo, na sua fase neoliberal, atravessa uma crise prolongada de legitimidade, mas continua estruturando a economia e limitando o horizonte das políticas públicas. O lulismo, embora ainda desempenhe um papel decisivo na contenção do avanço reacionário, demonstra sinais evidentes de esgotamento enquanto estratégia capaz de reorganizar politicamente a classe trabalhadora e produzir uma alternativa histórica ao capitalismo brasileiro.

Ao mesmo tempo, a esquerda enfrenta dificuldades para reconstruir sua inserção popular, reorganizar sua base social e formular um projeto que dialogue com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, na cultura e nas formas contemporâneas de organização política.

É justamente por isso que o debate estratégico deixou de ser uma tarefa restrita às direções partidárias ou aos espaços acadêmicos. Ele tornou-se uma necessidade urgente para todas as organizações comprometidas com a reconstrução de uma alternativa socialista de massas.

É nesse contexto que situamos nossa leitura crítica do documento da Bancada da Esquerda Radical.

Por que escrevemos esta carta: apoio crítico, autocrítica e construção coletiva

As reflexões apresentadas nesta carta partem de uma compreensão simples, mas fundamental: organizações comprometidas com um mesmo horizonte histórico possuem não apenas o direito, mas também a responsabilidade de realizar críticas, propor caminhos e contribuir mutuamente para seu desenvolvimento político.

É a partir dessa perspectiva que utilizamos o conceito de apoio crítico.

Ao longo dos últimos anos, essa expressão muitas vezes foi esvaziada, transformando-se em uma fórmula diplomática utilizada para evitar conflitos ou suavizar divergências. Não é esse o sentido que damos a ela.

Para nós, apoio crítico não significa apoiar apesar dos erros, nem criticar apesar dos acertos. Não significa uma posição intermediária entre apoio e oposição. Significa compreender que a construção de uma esquerda socialista-comunista forte exige relações políticas baseadas na honestidade, na elaboração coletiva e na disposição permanente para a autocrítica.

Uma crítica que apenas denuncia pouco contribui para transformar a realidade. Da mesma forma, um apoio que evita apontar problemas em nome de uma unidade abstrata acaba impedindo que erros sejam reconhecidos e superados.

Entre esses dois extremos existe uma terceira possibilidade: a construção fraterna, onde divergências são apresentadas não para enfraquecer uma organização, mas para fortalecê-la. É nesse espírito que escrevemos esta carta à Bancada da Esquerda Radical.

Reconhecemos a importância do esforço político realizado, especialmente em um período marcado pela ascensão da extrema direita, pela crise do neoliberalismo e pela necessidade urgente de reorganização da esquerda radical brasileira. Nosso objetivo não é deslegitimar essa construção, mas contribuir para que ela avance, amplie sua capacidade de diálogo com a classe trabalhadora e fortaleça sua inserção na realidade concreta do povo brasileiro.

Organizamos nossas reflexões em três grandes eixos.

O primeiro eixo trata da análise de conjuntura apresentada pela Bancada da Esquerda Radical. Nele, buscamos apontar aquilo que identificamos como limites teóricos, políticos e estratégicos, defendendo a necessidade de um diagnóstico mais preciso sobre os sujeitos, as estruturas e as forças que organizam a realidade brasileira.

O segundo eixo aborda a comunicação política. Partimos da compreensão de que a disputa pela consciência popular não depende apenas das ideias que defendemos, mas também da forma como conseguimos apresentá-las, dos espaços onde estamos presentes e da capacidade de construir diálogo a partir das experiências concretas da classe trabalhadora.

O terceiro eixo desenvolve nossa compreensão sobre o próprio apoio crítico. Nele, apresentaremos contribuições programáticas, propostas de ação e críticas políticas diretas à Bancada da Esquerda Radical, sempre com o objetivo de fortalecer sua atuação e ampliar sua capacidade de organização popular.

Portanto, esta carta não pretende oferecer respostas definitivas nem apresentar uma formulação acabada. Ela nasce de um processo coletivo de debate entre militantes -

organizados e independentes - e não militantes, construído a partir da leitura do documento apresentado pela Bancada da Esquerda Radical e das reflexões realizadas posteriormente.

Sabemos que a própria esquerda radical precisa exercitar aquilo que defende: a capacidade de ouvir, revisar posições, incorporar críticas e construir coletivamente.

Por isso, esperamos que esta carta seja recebida exatamente com o espírito em que foi escrita: como uma contribuição fraterna, honesta e comprometida com um objetivo comum — fortalecer a esquerda radical, qualificar o debate estratégico e ampliar nossa capacidade coletiva de transformar a realidade brasileira.

1. CRÍTICA A ANÁLISE DE CONJUNTURA

Um diagnóstico correto, porém incompleto: entre acertos e limites

Antes de apresentar nossas divergências, julgamos importante reconhecer aquilo que entendemos como um dos principais méritos do documento: a centralidade atribuída ao capitalismo em sua fase neoliberal como elemento estruturante da conjuntura brasileira.

Compartilhamos a compreensão de que o neoliberalismo não pode ser reduzido a um conjunto de medidas econômicas ou a um programa de governo. Trata-se de uma racionalidade política que reorganiza o Estado, redefine as relações de trabalho, enfraquece direitos sociais, transfere patrimônio público para interesses privados e aprofunda a concentração de riqueza e poder. Seus efeitos ultrapassam governos específicos e moldam a própria forma como a sociedade passa a compreender o papel do Estado, da economia e da democracia.

Também concordamos que o neoliberalismo brasileiro deve ser entendido como parte de uma dinâmica internacional de acumulação capitalista, marcada pela relação desigual entre países centrais e periféricos e pela subordinação econômica das nações do Sul Global. Nesse sentido, a identificação do neoliberalismo como eixo estruturante permite superar interpretações que o reduzem a uma simples orientação ideológica de determinados governos ou a um conjunto específico de políticas econômicas. Ao contrário, trata-se de uma forma de organização do capitalismo contemporâneo, inserida em uma dinâmica internacional que condiciona as economias periféricas e limita suas possibilidades de desenvolvimento soberano.

Ao longo das discussões realizadas em nossa organização, houve, portanto, amplo consenso de que a escolha do neoliberalismo como eixo central da análise representa um acerto político importante. O documento evidencia que, independentemente das alternâncias eleitorais, a manutenção de políticas neoliberais produz efeitos recorrentes: privatizações, redução dos

investimentos públicos, precarização dos serviços essenciais, restrição da capacidade de planejamento estatal e ampliação da influência do mercado sobre áreas fundamentais da vida social.

Nossa crítica, portanto, não recai sobre a centralidade atribuída ao neoliberalismo, mas sobre a forma como essa centralidade é desenvolvida ao longo do documento. Em nossa avaliação, o diagnóstico responde satisfatoriamente à pergunta sobre qual é o modelo em disputa, mas deixa em aberto questões igualmente fundamentais: quem administra esse modelo? Como ele é percebido pela população? Quais forças sociais sustentam sua reprodução? E por que o neoliberalismo assume características tão particulares na realidade brasileira?

É nesse sentido que consideramos o diagnóstico apresentado correto em seus fundamentos, mas ainda incompleto. Identificar a estrutura neoliberal é fundamental, mas, para compreender concretamente a conjuntura brasileira e as possibilidades de transformação, é necessário avançar também sobre os sujeitos que operam essa estrutura, as formas políticas pelas quais ela se reproduz e a maneira como suas contradições são vivenciadas e interpretadas pela população.

É sobre esses limites que se concentram as observações a seguir.

2. O diagnóstico político precisa identificar seus responsáveis

Foi justamente neste ponto que se concentrou uma das discussões mais intensas de nosso debate coletivo.

Em nossa avaliação, o documento identifica corretamente o sistema, mas evita identificar, com a mesma clareza, os sujeitos políticos responsáveis por administrá-lo.

Categorias como "burguesia", "capital financeiro" e "neoliberalismo" possuem importante valor analítico, mas tornam-se insuficientes quando não são acompanhadas da identificação das forças políticas, governos, instituições e frações de classe que concretizam esse projeto na realidade brasileira.

Nenhum sistema governa sozinho.

Todo projeto econômico necessita de gestores políticos. São eles que transformam interesses de classe em políticas públicas, reformas constitucionais, programas econômicos, privatizações, benefícios fiscais e mecanismos permanentes de reprodução do capital. Da

mesma forma, nenhuma crítica ao neoliberalismo se completa enquanto não explicita quem são seus administradores concretos e quais escolhas políticas permitem sua continuidade.

Nossa preocupação não decorre de um desejo de personalizar problemas estruturais. Ao contrário. É justamente o materialismo histórico-dialético que nos impõe a obrigação de compreender que as estruturas econômicas não existem separadas da ação humana. Elas são produzidas, reproduzidas e disputadas por sujeitos históricos concretos.

Por isso, temos também uma responsabilidade ética e militante: nomear aqueles que, em diferentes momentos históricos, implementaram, administraram, aprofundaram ou preservaram o projeto neoliberal brasileiro.

Sua primeira tentativa sistemática de implantação ocorreu durante o governo Fernando Collor de Mello, inspirado pelas experiências de Ronald Reagan e Margaret Thatcher que, desde os países centrais do capitalismo, difundiam a agenda neoliberal pelo mundo. O impeachment de Collor interrompeu esse primeiro ciclo, mas não interrompeu o projeto das burguesias, nacional e internacional.

Foi durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso que o neoliberalismo encontrou sua consolidação institucional. Privatizações, reformas administrativas, abertura econômica, fortalecimento da lógica financeira e redefinição do papel do Estado constituíram os pilares de um novo modelo de desenvolvimento. Não por acaso, durante muitos anos, esse período foi corretamente identificado pelo próprio campo lulopetista como a chamada "herança maldita".

Entretanto, esse diagnóstico exige um passo seguinte.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal inaugurou um novo ciclo político que produziu avanços inegáveis para amplos setores da classe trabalhadora. A valorização do salário mínimo, a ampliação das políticas de transferência de renda, a expansão das universidades e institutos federais, o fortalecimento de programas sociais e outras iniciativas transformaram concretamente a vida de milhões de brasileiras e brasileiros, sobretudo dos segmentos historicamente mais empobrecidos.

Reconhecer esses avanços não representa uma concessão política; representa apenas o compromisso com uma análise objetiva da realidade. Ao mesmo tempo, porém, também precisamos reconhecer seus limites estruturais.

Durante aproximadamente quatorze anos de governos liderados pelo lulopetismo, os fundamentos centrais do modelo neoliberal não foram superados. O regime macroeconômico herdado dos anos 1990 permaneceu praticamente intacto, o protagonismo do sistema financeiro foi preservado e diferentes frações da burguesia continuaram acumulando lucros extraordinários. Tornou-se comum, inclusive, a repetição anual de manchetes informando que

os bancos registravam sucessivos recordes de lucratividade enquanto o endividamento das famílias brasileiras crescia continuamente.

Grande parte das políticas sociais implementadas nesse período foi viabilizada por um contexto internacional extremamente favorável, impulsionado pelo chamado boom das commodities, que ampliou significativamente a arrecadação do Estado brasileiro. Isso não diminui sua importância social, mas exige reconhecer que elas ocorreram sem alterar as estruturas fundamentais de acumulação do capital e permaneceram vulneráveis às mudanças posteriores da correlação de forças políticas.

As políticas públicas melhoraram a vida da população, mas não alteraram as bases estruturais que produzem desigualdade. Por essa razão, mostraram-se também mais facilmente desmontáveis quando governos comprometidos com outra agenda assumiram o poder.

Os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro representaram uma nova etapa desse processo. Se anteriormente o neoliberalismo havia sido administrado com maior capacidade distributiva, nesse período ele passou a ser aprofundado de maneira mais explícita e agressiva contra a classe trabalhadora.

A Emenda Constitucional do Teto de Gastos tornou-se um dos maiores símbolos dessa ofensiva ao constitucionalizar a austeridade permanente e restringir, por décadas, a capacidade de investimento do Estado brasileiro. Posteriormente, durante a pandemia de Covid-19, essas limitações fiscais também contribuíram para restringir a resposta estatal diante de uma das maiores tragédias sanitárias da história nacional, agravando um cenário já marcado pelo negacionismo e pela condução criminoso do governo Bolsonaro.

Chegamos, então, ao atual governo.

Organizado como uma ampla coalizão política, o governo Lula III reafirma importantes compromissos democráticos e promove políticas públicas relevantes para reduzir parte dos impactos sociais produzidos pelo neoliberalismo. Entretanto, ao preservar os principais fundamentos da política econômica construída nas últimas décadas, acaba também reproduzindo seus limites estruturais.

Essa constatação nos leva a outro ponto importante.

Nomear os gestores políticos do neoliberalismo é apenas parte da tarefa. Também precisamos nomear quem efetivamente se beneficia de sua continuidade.

Quando falamos em burguesia, não estamos nos referindo a uma entidade abstrata ou a um grupo homogêneo. Existem diferentes frações burguesas, frequentemente em disputa entre si, mas que convergem na defesa da manutenção das condições gerais de acumulação do capital.

No Brasil, destacam-se, entre outras, a burguesia do agronegócio, da mineração, do sistema financeiro, da saúde privada, da educação privada e dos grandes grupos de infraestrutura e comunicação, do comércio e também das *big techs*. A elas se articulam interesses de capitais internacionais, especialmente norte-americanos, europeus e, mais recentemente, chineses, todos disputando posições na economia brasileira.

Uma análise materialista da conjuntura precisa identificar essas relações concretas entre Estado, capital e representação política. Caso contrário, corre o risco de transformar categorias como "burguesia" e "neoliberalismo" em conceitos excessivamente abstratos, incapazes de orientar a ação política.

Isso nos conduz à pergunta estratégica que, em nossa avaliação, deveria orientar toda análise de conjuntura produzida pela esquerda socialista: quem são, hoje, os sujeitos políticos — institucionais e não institucionais, parlamentares e extraparlamentares — efetivamente comprometidos com a transformação estrutural da vida da classe trabalhadora brasileira?

Responder a essa pergunta exige ir além da polarização eleitoral. Exige compreender quais interesses de classe cada projeto político representa, quais estruturas busca preservar e quais está realmente disposto a transformar.

3. A economia como experiência cotidiana

Outro aspecto recorrente em nosso debate diz respeito ao ponto de partida adotado pelo documento.

Em diversos momentos, a análise parte de categorias teóricas já consolidadas para, posteriormente, relacioná-las à realidade vivida pela população. Consideramos, porém, que esse caminho poderia ser invertido. Para uma análise de conjuntura voltada à organização popular, entendemos ser mais adequado partir das condições concretas de vida da classe trabalhadora para, a partir delas, identificar e explicar os mecanismos econômicos, políticos e sociais que as produzem.

Para a maioria da população, o neoliberalismo não é experimentado como um conceito acadêmico. Ele se manifesta concretamente quando o salário termina antes do fim do mês, quando o aluguel compromete uma parcela cada vez maior da renda, quando o transporte público não atende adequadamente às necessidades da população, quando o posto de saúde não consegue absorver a demanda ou quando o preço dos alimentos impede uma alimentação digna.

É nessa experiência cotidiana que as escolhas econômicas e políticas se tornam perceptíveis. A precarização do trabalho, a redução da capacidade do Estado, a mercantilização de direitos e a transferência de recursos públicos para interesses privados não aparecem, para a maioria das pessoas, como categorias abstratas, mas como condições concretas que afetam diretamente suas vidas.

Por isso, entendemos que uma análise de conjuntura voltada à organização popular ganha força quando parte dessas experiências concretas e, a partir delas, constrói as mediações necessárias para compreender as estruturas e relações sociais que as determinam. O desafio não é substituir a análise teórica pela experiência cotidiana, mas estabelecer entre ambas uma relação em que a teoria permita interpretar a realidade e a realidade concreta oriente a construção da análise.

Essa mudança de ponto de partida não significa simplificar o diagnóstico ou abandonar categorias teóricas mais complexas. Ao contrário, significa torná-las mais acessíveis, pedagógicas e politicamente úteis, conectando-as às contradições efetivamente vividas pela classe trabalhadora.

Nesse sentido, consideramos que uma perspectiva materialista deve partir das condições concretas de existência para compreender as relações econômicas, políticas e sociais que estruturam a realidade. É justamente esse movimento — da experiência concreta à compreensão de suas determinações — que pode tornar a análise mais capaz de produzir consciência, organizar experiências dispersas e transformar problemas individuais em questões políticas e coletivas.

É justamente nesse ponto que identificamos um limite importante do documento.

Quando a análise começa e termina em categorias excessivamente abstratas, ela corre o risco de revelar uma desconexão com a base social que pretende organizar. Não porque seus conceitos estejam necessariamente errados, mas porque deixam de dialogar com a forma como a classe trabalhadora experimenta concretamente a exploração, a opressão e a crise.

Isso nos leva a uma pergunta estratégica: com quem estamos conseguindo dialogar?

Qual parcela da classe trabalhadora é efetivamente alcançada por uma linguagem que parte de categorias altamente especializadas? De onde parte nossa elaboração política e para onde ela aponta, concretamente?

Essas perguntas não dizem respeito apenas à comunicação. Dizem respeito ao próprio método de análise.

Uma análise verdadeiramente radical não é apenas aquela que busca a raiz dos problemas. Ela também precisa "alimentar-se da terra", isto é, nascer da realidade concreta, retornar

constantemente a ela e permitir que a própria experiência da classe trabalhadora transforme nossas categorias de interpretação. Sem esse movimento permanente entre teoria e prática, corre-se o risco de produzir análises corretas em seus conceitos, mas insuficientes para organizar sujeitos políticos reais.

Nesse sentido, identificamos um problema que ultrapassa o documento em debate e atravessa boa parte da esquerda brasileira. Ainda hoje, muitas organizações que se propõem a representar a classe trabalhadora têm sua elaboração política concentrada em setores sociais relativamente homogêneos: predominantemente homens, pessoas brancas, cisgênero, oriundas dos grandes centros urbanos, com formação universitária e pertencentes às camadas médias da sociedade.

Essa constatação não pretende deslegitimar a atuação desses militantes nem reduzir a política à identidade de quem fala. O problema não é individual, mas estrutural. Quando os espaços de formulação política permanecem socialmente restritos, existe uma tendência objetiva de que determinadas experiências da classe trabalhadora apareçam menos, enquanto outras se tornam referência quase exclusiva para a elaboração estratégica.

Uma esquerda comprometida com a transformação radical da sociedade precisa enfrentar também esse desafio. Isso significa ampliar quem participa da formulação política, construir organizações verdadeiramente enraizadas nos territórios populares e permitir que a realidade vivida pelas maiorias trabalhadoras deixe de ser apenas objeto da análise para tornar-se seu ponto de partida permanente.

Em nossa avaliação, é desse enraizamento que nasce uma estratégia socialista capaz de compreender o país como ele é — e, justamente por isso, transformá-lo.

4. O neoliberalismo brasileiro possui uma história

Também surgiu em nosso debate uma questão que, a nosso ver, mereceria maior desenvolvimento no documento: a relação entre o neoliberalismo contemporâneo e a formação histórica do Brasil.

Nossa compreensão é que o neoliberalismo brasileiro não pode ser analisado como um fenômeno desligado das estruturas construídas ao longo de nossa história colonial.

Mais do que coexistirem, colonialismo e neoliberalismo articulam-se. O primeiro forneceu as bases materiais e políticas da formação social brasileira; o segundo reorganizou essas mesmas estruturas para atender às novas formas de acumulação do capitalismo contemporâneo. Em

um país de dimensões continentais e profundas desigualdades regionais, essas temporalidades convivem e se sobrepõem.

Em algumas regiões, permanecem formas de poder político que remontam ao coronelismo e às antigas estruturas oligárquicas originadas nas capitanias hereditárias. Em outras, o avanço do agronegócio, da mineração e dos grandes projetos de infraestrutura continua promovendo a expulsão violenta de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades camponesas de seus territórios. Mudam os instrumentos jurídicos e econômicos; permanecem, muitas vezes, as mesmas relações de dominação.

O trabalho escravo foi formalmente abolido, mas continua existindo sob formas contemporâneas, hoje reconhecidas como trabalho análogo à escravidão. Ao mesmo tempo, milhões de trabalhadores vivem submetidos a relações permanentes de endividamento, informalidade e extrema precarização, revelando que diferentes formas históricas de exploração podem coexistir dentro do mesmo sistema econômico.

Também nas cidades observamos permanências coloniais profundas.

A violência estatal distribui-se de maneira profundamente desigual. O encarceramento em massa, a letalidade policial e a criminalização da pobreza atingem de forma desproporcional a população negra e periférica. Não se trata de uma falha ocasional da democracia brasileira, mas da continuidade de um projeto histórico de controle social que atravessa diferentes períodos de nossa formação nacional. No Brasil, a bala raramente é perdida; ela quase sempre encontra os mesmos corpos.

Essa leitura também permite compreender a extrema direita para além de analogias simplificadas com o fascismo europeu.

Os processos de fascistização observados no Brasil não surgem sobre uma sociedade democrática plenamente consolidada. Eles encontram terreno fértil em estruturas autoritárias muito anteriores ao século XX: no colonialismo, no racismo estrutural, no patriarcado, no latifúndio, na violência policial e na histórica exclusão política das maiorias populares.

Enquanto isso, parcela significativa das camadas médias urbanas continua limitada ao horizonte político da democracia liberal e do consumo como principal promessa de ascensão social. Alternam-se governos, discursos e lideranças, mas permanece relativamente estreito o espaço destinado ao debate sobre transformações estruturais da sociedade brasileira.

Essa dinâmica ajuda a explicar por que projetos autoritários conseguem, ciclicamente, reorganizar parcelas importantes da sociedade. Em diferentes momentos históricos, assumem formas distintas — ora associadas ao integralismo, ora às ditaduras militares, ora a novas

expressões da extrema direita contemporânea —, mas conservam um mesmo objetivo: preservar a ordem social quando os mecanismos tradicionais de hegemonia entram em crise.

Por essa razão, entendemos que uma análise verdadeiramente radical da conjuntura brasileira não pode limitar-se à crítica do neoliberalismo. Ela precisa compreender como o capitalismo dependente brasileiro se alimenta de estruturas coloniais nunca plenamente superadas e como essas permanências moldam tanto a economia quanto a política, a cultura e as formas de violência presentes em nossa sociedade.

Somente a partir dessa perspectiva histórica torna-se possível compreender por que determinadas formas de exploração persistem por séculos, adaptando-se às mudanças do capitalismo sem jamais romper completamente com suas origens coloniais.

Considerações parciais

As observações apresentadas neste capítulo não procuram negar a consistência do diagnóstico elaborado pela Bancada da Esquerda Radical. Ao contrário, partem do reconhecimento de que o documento oferece contribuições relevantes para a compreensão da conjuntura.

Nossa divergência reside no fato de que, para produzir uma estratégia radical capaz de disputar a consciência popular e reorganizar a esquerda brasileira, não basta identificar corretamente o sistema econômico em funcionamento. É preciso também identificar seus operadores políticos, traduzir seus efeitos na experiência cotidiana da população e compreender como ele se articula com a formação histórica específica do Brasil.

Acreditamos que um diagnóstico mais preciso não representa apenas um ganho teórico. Ele constitui uma condição indispensável para construir formas mais eficazes de comunicação, organização e intervenção política — temas que abordaremos no próximo capítulo.

CRÍTICA À COMUNICAÇÃO

1. Críticas: COMUNICAÇÃO É ORGANIZAÇÃO

Ao longo de nosso debate, um tema se destacou de forma quase unânime: a comunicação.

Mais do que uma discussão sobre linguagem ou estilo, compreendemos que a forma como a esquerda comunica revela sua própria estratégia política. A linguagem nunca é um detalhe. Ela determina quem participa do debate, quem se reconhece como sujeito político e quem permanece apenas como espectador.

Por isso, afirmamos que comunicação é organização.

Toda escolha de linguagem aproxima determinados setores sociais e afasta outros. Toda palavra utilizada pressupõe um interlocutor. Todo texto, consciente ou inconscientemente, escolhe para quem está sendo escrito.

É justamente por isso que entendemos que discutir comunicação não significa discutir marketing político. Significa discutir estratégia revolucionária.

A) O problema da linguagem

Provavelmente este foi o tema que ocupou mais tempo em nossas reuniões.

Embora o documento apresente uma análise consistente, sua linguagem pressupõe um conjunto de conhecimentos que grande parte da população brasileira simplesmente não possui. Isso não acontece porque as pessoas sejam incapazes de compreender política. O problema é outro.

Vivemos em um país marcado pelo analfabetismo funcional, pela precarização da educação pública, pelo enfraquecimento das Humanidades, pela sobrecarga do trabalho e por uma cultura digital baseada em conteúdos curtos, fragmentados e altamente disputados por algoritmos.

Nesse contexto, um texto excessivamente técnico deixa de cumprir uma de suas funções fundamentais: organizar politicamente aqueles que pretende representar.

Ao longo do debate surgiram críticas recorrentes ao excesso de conceitos especializados, ao uso frequente de jargões políticos, às frases excessivamente longas e à baixa quantidade de exemplos concretos.

Nossa preocupação, entretanto, não é apenas com a forma do texto. É com sua capacidade de produzir organização. Uma pergunta tornou-se recorrente durante nossas discussões:

Para quem esse documento foi escrito?

Se o principal destinatário já domina categorias como neoliberalismo, fascismo, dependência ou luta de classes, provavelmente ele já pertence aos círculos organizados da esquerda. Mas se nosso objetivo é ampliar nossa base social, disputar consciência e organizar novos sujeitos políticos, precisamos construir uma linguagem capaz de dialogar também com aqueles que ainda não compartilham nosso vocabulário.

B) Comunicar é partir da experiência das pessoas

Durante nosso debate, uma camarada professora compartilhou uma reflexão surgida de sua experiência cotidiana em sala de aula.

Ela relatou que muitos estudantes chegam ao Ensino Médio sem compreender plenamente conceitos como fascismo, nazismo, imperialismo ou mesmo elementos básicos da história brasileira. Muitos apresentam dificuldades significativas de leitura e escrita. Outros constroem quase toda sua visão de mundo a partir das redes sociais.

Essa realidade não deve ser interpretada como incapacidade intelectual da população. Ela é resultado de décadas de desmonte da educação pública, da desvalorização das Humanidades e da precarização das condições de aprendizagem.

Foi justamente dessa constatação que surgiu uma inversão metodológica que consideramos extremamente potente. Em vez de perguntar "**Como explicar o neoliberalismo?**", talvez devêssemos perguntar "**Como ajudar alguém a compreender por que o salário termina antes do fim do mês?**"

Em vez de começar pelo conceito, começamos pelo problema vivido.

A teoria deixa de ser um ponto de partida e passa a ser uma ferramenta para interpretar a realidade que as pessoas já conhecem porque a vivem diariamente.

Essa mudança parece pequena. Em nossa avaliação, ela representa uma profunda transformação na maneira como a esquerda produz comunicação política.

C) A crise da linguagem da esquerda

As reflexões produzidas em nosso debate ultrapassam o documento da Bancada da Esquerda Radical. Identificamos um problema mais amplo: Em muitos momentos, parte significativa da esquerda brasileira escreve como se estivesse dialogando apenas consigo mesma.

Os documentos circulam entre militantes já convencidos, utilizam referências conhecidas apenas por setores organizados e pressupõem níveis de formação política muito superiores à realidade encontrada entre a maioria da população trabalhadora.

O resultado é uma contradição.

Defendemos a organização da classe trabalhadora, mas produzimos materiais cuja compreensão exige percursos formativos aos quais a maior parte da própria classe trabalhadora nunca teve acesso.

Não se trata de abandonar conceitos complexos. Trata-se de reconhecer que conceitos existem para explicar a realidade — e não para substituir a realidade.

Uma linguagem excessivamente acadêmica produz um efeito paradoxal: quanto mais sofisticada parece internamente, menor tende a ser sua capacidade de disputar consciência fora dos espaços já organizados.

2. Propostas para uma comunicação popular

A) Tirar o véu da ideologia: questionando sobre a vida

Se a comunicação organiza a ação política, ela também organiza a forma como as pessoas compreendem a própria realidade.

Nenhuma sociedade é sustentada apenas pela força. Ela depende também da produção permanente de consensos, valores e explicações que fazem a ordem existente parecer natural, inevitável ou até desejável. É isso que chamamos, em sentido amplo, de ideologia dominante.

Quando um trabalhador acredita que seu salário é baixo porque "não se esforçou o suficiente", quando uma mãe atribui a falta de atendimento médico apenas à incompetência de um servidor público, quando alguém entende o desemprego como um fracasso exclusivamente individual ou quando o aumento do preço dos alimentos é visto como um fenômeno inevitável, a ideologia dominante já cumpriu parte de seu papel: transformar problemas coletivos em responsabilidades individuais.

É justamente por isso que acreditamos que a comunicação política da esquerda não deve começar oferecendo respostas. Ela deve começar formulando perguntas.

Perguntas rompem automatismos, revelam contradições, despertam curiosidade. Perguntas permitem que as próprias pessoas relacionem suas experiências individuais às estruturas sociais que produzem essas experiências.

Quem ganha quando o salário perde poder de compra?

Por que trabalhamos cada vez mais e parece que nunca conseguimos viver com tranquilidade?

Quem decide o preço dos alimentos?

Por que alguns setores da economia acumulam lucros recordes enquanto aumenta o número de famílias endividadas?

Quem se beneficia quando a saúde pública é enfraquecida?

Essas perguntas não possuem apenas função didática. Elas possuem função organizadora.

Ao convidar alguém a refletir sobre sua própria vida, abrimos espaço para que ela reconheça que aquilo que parecia um problema exclusivamente pessoal é, muitas vezes, expressão de relações sociais muito mais amplas.

Mas esse processo exige também humildade política.

Perguntar não é apenas conduzir uma conversa; é estar disposto a ouvir as respostas.

A escuta ativa deve ocupar lugar central em qualquer estratégia de comunicação popular. Não porque a classe trabalhadora já possua todas as respostas prontas, mas porque ela possui aquilo que nenhuma teoria pode produzir sozinha: a experiência concreta da exploração, da opressão, da sobrevivência e da resistência.

É desse encontro entre elaboração teórica e experiência vivida que nasce uma comunicação verdadeiramente transformadora.

Não se trata de levar consciência a quem supostamente não a possui. Trata-se de construir consciência coletivamente, permitindo que a realidade fale por meio daqueles que a vivem todos os dias.

Talvez seja justamente esse o primeiro passo para retirar o véu da ideologia: não começar pela teoria, mas pela vida.

B) A disputa acontece onde o povo está

Outro consenso importante de nosso debate foi reconhecer que a disputa política já mudou de lugar.

Ela acontece diariamente nos grupos de WhatsApp, nos vídeos curtos do TikTok, no Instagram, no YouTube, no Kwai, nas rádios comunitárias, nas igrejas, nas escolas, nos locais de trabalho, nas filas dos postos de saúde, nos ônibus e nas conversas de bairro.

É nesses espaços que grande parte da população constrói suas interpretações sobre a realidade, forma opiniões, compartilha experiências e estabelece vínculos políticos e culturais.

Por isso, não basta produzir bons documentos.

Uma estratégia socialista-comunista de comunicação precisa produzir materiais capazes de circular nesses espaços, utilizando linguagens adequadas aos diferentes públicos e disputando a atenção de setores que muitas vezes nunca terão contato com uma resolução política ou um artigo de conjuntura.

A juventude, especialmente, ocupa um papel central nesse desafio. Grande parte de sua formação política, cultural e social ocorre hoje em ambientes digitais. Ignorar esses espaços significa abrir mão de uma parte fundamental da disputa pelo futuro.

Entretanto, ocupar esses meios não significa alimentar ilusões sobre eles.

As grandes plataformas digitais não são espaços neutros de circulação de ideias. São empresas privadas, muitas delas sediadas nos países centrais do capitalismo, organizadas a partir de interesses econômicos próprios e submetidas às lógicas do mercado, da publicidade e da disputa geopolítica.

Uma comunicação radical precisa compreender que utiliza ferramentas que não controla.

A esquerda já experimenta diferentes formas de limitação nesses espaços: redução de alcance, bloqueios, exclusões de contas, mudanças de algoritmos e mecanismos pouco transparentes de moderação. Não podemos ignorar que uma disputa política radical necessariamente encontrará limites quando realizada dentro de estruturas empresariais que não possuem compromisso com um horizonte revolucionário.

Mas reconhecer essas limitações não significa abandonar esses espaços.

Pelo contrário.

Precisamos disputar essas ferramentas enquanto elas forem possíveis, utilizando-as da melhor forma, construindo presença, formando militância e alcançando pessoas que talvez nunca tenham contato com outras formas de organização política.

Ao mesmo tempo, uma estratégia radical não pode reduzir comunicação à presença digital.

A disputa política também acontece nos espaços institucionais e comunitários onde a classe trabalhadora se organiza concretamente: sindicatos, associações de moradores, escolas, universidades, movimentos populares, locais de trabalho e espaços culturais.

Esses territórios continuam sendo fundamentais porque permitem construir relações permanentes, formar consciência coletiva e transformar indivíduos isolados em sujeitos organizados.

Mas existe ainda um espaço que nenhuma organização revolucionária pode abandonar: a rua.

A rua e a praça não são apenas lugares físicos. São espaços históricos de manifestação popular, encontro, organização e disputa política. São territórios que pertencem ao povo e que

não podem ser substituídos completamente por nenhuma plataforma digital ou instituição formal.

A comunicação radical precisa estar onde as pessoas estão.

Mas, sobretudo, precisa estar onde as pessoas se encontram, conversam, se organizam e constroem coletivamente sua força.

Nenhum algoritmo substitui a presença.

Nenhuma plataforma substitui o território.

Nenhuma tela substitui a rua.

Considerações parciais: traduzir não é simplificar

Ao encerrarmos este capítulo, gostaríamos de enfrentar uma falsa oposição que frequentemente aparece no debate sobre comunicação política: a ideia de que tornar uma mensagem mais acessível significa necessariamente diminuir sua profundidade.

Discordamos dessa compreensão. Traduzir uma ideia não significa empobrecê-la. Significa aproximar teoria e experiência.

Uma teoria revolucionária não existe para permanecer restrita aos círculos que já dominam seu vocabulário. Ela existe para interpretar a realidade e, a partir dessa compreensão, contribuir para transformá-la.

Marx não escreveu para que apenas especialistas debatessem a exploração capitalista. Escreveu para revelar os mecanismos que organizam a sociedade e permitir que trabalhadores compreendessem as relações que atravessam sua própria existência.

Paulo Freire não defendeu uma educação popular porque acreditava que o povo precisava receber conhecimento pronto. Sua proposta partia justamente do contrário: as pessoas já possuem experiências, saberes e leituras do mundo que precisam ser valorizadas e aprofundadas.

Nenhum dos dois acreditava que tornar uma ideia compreensível significasse torná-la menos rigorosa. Ao contrário. Uma teoria demonstra sua força justamente quando consegue explicar a realidade vivida pelas pessoas comuns, quando permite que uma experiência individual seja compreendida como parte de uma estrutura social mais ampla e quando transforma indignações isoladas em consciência coletiva.

Por isso, a questão central não é simplificar nossas ideias. É superar a distância entre nossas ideias e a realidade daqueles que pretendemos organizar.

Se uma elaboração política só pode ser compreendida por especialistas, talvez o problema não esteja na população. Talvez esteja na forma como nós, enquanto esquerda, aprendemos a produzir e comunicar nossas próprias ideias.

Uma esquerda que deseja transformar a sociedade precisa ser capaz de falar sobre o mundo como ele é vivido. Precisa transformar conceitos em ferramentas de compreensão, não em barreiras de acesso.

A comunicação radical, portanto, não deve escolher entre profundidade e acessibilidade. Ela precisa construir uma síntese entre ambas. Porque uma ideia só se torna realmente revolucionária quando deixa de ser apenas uma formulação correta e passa a ser uma força capaz de organizar pessoas para transformar a realidade.

APOIO CRÍTICO

1. O que faremos: contribuir, aprofundar e disputar caminhos

Ao longo desta carta, buscamos apresentar nossas divergências em relação ao diagnóstico e à comunicação da Bancada da Esquerda Radical. Entretanto, compreendemos que um verdadeiro apoio crítico não pode se limitar à avaliação de erros ou insuficiências.

Criticar sem apresentar caminhos pouco contribui para a construção coletiva.

Por isso, neste capítulo apresentamos algumas contribuições programáticas que, em nossa avaliação, podem fortalecer as pautas apresentadas no manifesto da Bancada da Esquerda Radical, ampliando sua capacidade de responder aos problemas concretos da classe trabalhadora e conectando medidas imediatas a um horizonte estratégico de transformação socialista.

Nossa intenção não é apresentar um programa acabado, mas contribuir para um debate necessário: como transformar reivindicações urgentes em instrumentos de reorganização do poder popular?

a. Contribuições pautas

⇒ **Acabar com a autonomia do Banco Central, combater o endividamento ilegítimo das famílias e reorganizar juros, crédito, câmbio e capitais**

A disputa sobre o Banco Central e a política monetária deve ser compreendida como parte de uma disputa maior sobre quem controla os rumos da economia brasileira.

A autonomia do Banco Central, ao retirar decisões fundamentais da soberania popular, fortalece a influência direta do sistema financeiro sobre as prioridades nacionais. O controle dos juros, do crédito e dos fluxos de capitais precisa estar subordinado a um projeto de desenvolvimento que priorize a vida da população trabalhadora, e não a rentabilidade dos grandes detentores de capital.

Nesse mesmo eixo, destacamos a necessidade de enfrentar o crescimento das apostas eletrônicas (bets) como uma questão econômica, social e de saúde pública.

Não basta limitar sua publicidade ou regulamentar seu funcionamento. A expansão das bets produz impactos profundos sobre a renda das famílias, especialmente entre os setores mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que intensifica um problema crescente de saúde pública relacionado ao vício em jogos de azar.

Essas plataformas são desenvolvidas para maximizar o tempo de permanência e incentivar o comportamento compulsivo, utilizando algoritmos que personalizam ofertas, notificações e estímulos com base nos dados de cada usuário. Como estão permanentemente disponíveis na palma da mão, conseguem alcançar as pessoas em diferentes momentos do cotidiano, inclusive em situações de maior vulnerabilidade econômica ou emocional.

Isso se torna ainda mais grave no caso das chamadas apostas esportivas, que muitas vezes se apresentam como entretenimento ou parte da cultura do esporte, mascarando sua lógica de exploração. Soma-se a isso a estética adotada por muitas plataformas, com cores vibrantes, animações, recompensas, mascotes e elementos visuais muito semelhantes aos de jogos digitais voltados ao público jovem. Embora a participação de menores de idade seja proibida, na prática diversas plataformas permitem o acesso mediante uma simples declaração de maioridade, criando barreiras frágeis e insuficientes para impedir que adolescentes tenham contato e utilizem esses serviços.

O endividamento, a compulsão e a transferência de renda das famílias para plataformas financeiras e grandes empresas do setor devem ser tratados como parte da luta contra novas formas de exploração econômica. Enfrentar as bets significa defender a renda popular, combater mecanismos de dependência e impedir que a precarização da vida seja transformada em fonte de lucro.

⇔ **Garantir comida barata com reforma agrária, CONAB forte e regulação de preços**

A garantia de uma alimentação acessível para a população brasileira não pode ser compreendida apenas como uma questão de preço. É necessário discutir também qualidade, diversidade, origem e forma de produção dos alimentos que chegam à mesa da classe trabalhadora.

Comida barata não pode significar comida de baixa qualidade, produzida às custas da saúde da população, da destruição ambiental ou da exploração de trabalhadores rurais. A soberania alimentar deve ser entendida como a capacidade de um povo decidir sobre sua própria produção de alimentos, garantindo acesso a uma alimentação saudável, variada e produzida de maneira socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Nesse sentido, é fundamental enfrentar o atual modelo agrícola brasileiro, marcado pela concentração fundiária, pelo predomínio de grandes monoculturas, pela dependência de agrotóxicos, fertilizantes e sementes controladas por grandes empresas e pela subordinação da produção de alimentos aos interesses do mercado internacional.

A questão dos agrotóxicos merece atenção especial. O Brasil é o maior consumidor mundial dessas substâncias, incluindo produtos proibidos em diversos países centrais do capitalismo. Essa dependência não produz apenas consequências ambientais e sanitárias; ela também representa uma vulnerabilidade econômica, pois grande parte desses insumos depende de cadeias internacionais de fornecimento sujeitas às oscilações geopolíticas, como demonstrado recentemente pelos impactos da guerra entre Rússia e Ucrânia sobre fertilizantes e custos de produção.

Por isso, entendemos que o fortalecimento da CONAB deve ser acompanhado da criação de uma ampla rede pública de distribuição e comercialização de alimentos. Os armazéns da CONAB são fundamentais, mas precisam estar articulados com mercados estaduais e municipais populares, feiras livres e outras formas de aproximação entre produtores e consumidores.

Também defendemos a criação e ampliação de hortas comunitárias, especialmente nos grandes centros urbanos e suas periferias. Essas iniciativas não representam apenas uma forma de produção de alimentos, mas também espaços de organização coletiva, educação popular, fortalecimento comunitário e redução da distância entre quem produz e quem consome.

Essa discussão nos leva necessariamente ao tema da reforma agrária.

Para nós, a reforma agrária necessária ao Brasil possui um horizonte revolucionário. Isso significa compreender que a concentração da terra não é apenas um problema econômico, mas uma concentração de poder político e social.

Entretanto, defender uma reforma agrária revolucionária não significa esperar uma ruptura futura para disputar mudanças no presente. Existem possibilidades concretas de avançar imediatamente na democratização do acesso à terra utilizando inclusive instrumentos já existentes dentro da própria ordem jurídica burguesa.

Há terras suficientes para iniciar um amplo processo de reforma agrária sem sequer tocar inicialmente em propriedades que cumprem sua função social. Ao mesmo tempo, não podemos limitar esse processo apenas à redistribuição de terras improdutivas. Uma política consequente precisa enfrentar os grandes latifúndios envolvidos em crimes ambientais, trabalho análogo à escravidão, invasão de áreas protegidas e violações de territórios tradicionais.

Nesse sentido, defendemos:

- a demarcação integral das terras indígenas e dos territórios quilombolas, ribeirinhos, pesqueiros e demais comunidades tradicionais;
- a recuperação de áreas degradadas, áreas de preservação e regiões fundamentais para proteção de mananciais;
- o fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e dos sistemas agroflorestais;
- a revisão das políticas públicas que privilegiam grandes produtores em detrimento dos pequenos e médios agricultores;
- uma reformulação do Plano Safra, ampliando investimentos para produtores familiares e locais;
- a revisão de mecanismos como a Lei Kandir, que favorecem a exportação de produtos primários sem necessariamente fortalecer a soberania alimentar nacional;
- a ampliação de políticas de proteção aos trabalhadores rurais e pescadores, como o seguro defeso.
- Defendemos: regulamentação honesta de fertilizantes e pesticidas. Seguindo padrões de outros países.

Além disso, uma reforma agrária com horizonte ecossocialista não pode separar campo, floresta e cidade.

A crise ambiental brasileira também é uma crise urbana. Grandes centros urbanos precisam enfrentar a falta de áreas verdes, a impermeabilização do solo, a degradação dos rios e a ausência de planejamento territorial. Por isso, a democratização da terra deve caminhar junto com uma reforma urbana que amplie espaços públicos, promova o reflorestamento com espécies locais e reconecte as cidades com os ecossistemas onde estão inseridas.

Também defendemos o fortalecimento de políticas de incentivo à alimentação saudável, com campanhas públicas de conscientização sobre a importância do aumento do consumo de vegetais e da redução do consumo excessivo de produtos ultraprocessados e de cadeias produtivas ambientalmente predatórias.

Por fim, é necessário enfrentar medidas que subordinam nossa produção alimentar aos interesses do mercado internacional, como a legislação que incentiva a exportação de produtos primários e a priorização histórica de grandes cadeias do agronegócio.

A luta por comida barata, saudável e acessível não é apenas uma política de abastecimento.

É uma disputa sobre qual modelo de sociedade queremos construir.

De um lado, um modelo baseado na concentração da terra, na exportação de commodities, na dependência tecnológica e na transformação dos alimentos em mercadoria.

Do outro, um projeto baseado na soberania alimentar, na democratização da terra, na agricultura sustentável e no direito de todas as pessoas a uma alimentação digna.

⇔ Substituir o Programa Nacional de Desestatização e o processo de privatização nos estados e municípios por um Programa Nacional de Reestatização coordenado pelo governo federal

A defesa da reestatização precisa começar pelo próprio funcionamento do Estado.

Não basta recuperar empresas privatizadas sem enfrentar a lógica interna de precarização dos serviços públicos.

É necessário:

- interromper processos de terceirização permanente;
- valorizar servidores públicos;
- ampliar concursos;
- convocar trabalhadores aprovados em concursos existentes;
- garantir serviços públicos universais e de qualidade.

O Estado não deve ser compreendido como uma estrutura neutra, mas como um espaço de disputa entre interesses de classe. Recuperar sua capacidade pública significa retirar áreas estratégicas da lógica do lucro privado e colocá-las a serviço das necessidades sociais.

⇔ Rejeitar o Acordo Mercosul–União Europeia e reconstruir a soberania comercial

A soberania econômica brasileira depende da capacidade de construir relações internacionais que reduzam nossa dependência histórica.

Nesse sentido, defendemos uma política externa que combine diferentes espaços de atuação.

O fortalecimento da integração latino-americana é fundamental como instrumento de cooperação regional e resistência às pressões imperialistas, especialmente dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, a participação brasileira em articulações como o BRICS pode abrir possibilidades de cooperação tecnológica, industrialização e ampliação das alternativas comerciais.

Entretanto, essas alianças só terão sentido estratégico se forem utilizadas para reconstruir a capacidade produtiva nacional, fortalecer a indústria brasileira e reduzir nossa dependência tecnológica.

⇔ **Novas proposições**

Além das pautas já incorporadas ao programa, apontamos algumas proposições que merecem aprofundamento e formulação coletiva ao longo do próximo período. São propostas que partem de problemas concretos da estrutura econômica e política brasileira e buscam ampliar o controle popular sobre os recursos públicos, enfrentar mecanismos de exploração financeira e combater privilégios.

- **Orcamento Participativo Interfederativo e Tripartite:** construção de um modelo nacional de orçamento participativo que articule os três níveis federativos — União, estados e municípios — permitindo que a população participe diretamente da definição de prioridades e investimentos públicos. A proposta parte da compreensão de que o orçamento público não deve ser uma questão restrita a governos, técnicos e parlamentares, mas também um instrumento de participação e decisão popular.

O modelo teria caráter tripartite, envolvendo poder público, trabalhadores e sociedade civil, criando espaços permanentes de discussão, deliberação e fiscalização. A participação popular poderia ocorrer tanto presencialmente, por meio de assembleias e conselhos, quanto digitalmente. Para isso, propomos o desenvolvimento de uma plataforma pública nacional de votação, produzida pelo próprio Estado, tomando como referência a infraestrutura tecnológica desenvolvida pelo Banco Central para o Pix. Essa ferramenta poderia permitir que a população acompanhasse a execução dos investimentos, votasse prioridades e fiscalizasse a aplicação dos recursos, garantindo transparência, segurança, acessibilidade, auditabilidade e soberania tecnológica.

- **Teto para as taxas de juros:** estabelecer limites para a cobrança de juros no sistema financeiro, especialmente nas modalidades de crédito que atingem diretamente a população, como cartões, empréstimos e financiamentos. A questão dos juros não deve ser tratada apenas como uma relação individual entre consumidor e banco: taxas elevadas contribuem para o endividamento das famílias e para uma transferência permanente de renda para o setor financeiro.

A proposta de um teto deve, portanto, ser acompanhada de mecanismos que impeçam que os limites sejam contornados por outras tarifas ou modalidades de cobrança. O objetivo é reduzir o peso do sistema financeiro sobre a renda popular, ampliar o acesso ao crédito em condições mais justas e enfrentar a financeirização da vida cotidiana.

- **Fim ou controle rigoroso das emendas parlamentares:** reformular profundamente o sistema de emendas parlamentares, que atualmente permite a destinação de recursos públicos a partir de decisões individuais ou coletivas de parlamentares, muitas vezes

sem a mesma transparência, planejamento e participação social presentes nas políticas públicas regulares.

Defendemos que os recursos públicos devem estar subordinados a planejamento, critérios públicos e controle social, e não funcionar como instrumento de negociação política. Caso as emendas não sejam imediatamente extintas, sua utilização deve ser submetida a regras mais rígidas de transparência, rastreabilidade, fiscalização e compatibilidade com os planos de investimento dos entes federativos. A definição sobre onde e como os recursos públicos serão aplicados deve priorizar as necessidades sociais e não a construção de bases políticas individuais.

- **Redução dos penduricalhos do alto funcionalismo:** enfrentar os mecanismos que permitem que determinadas carreiras do Estado recebam benefícios, auxílios e parcelas remuneratórias que, na prática, ampliam seus rendimentos para além do teto constitucional.

A existência dessas vantagens produz uma estrutura profundamente desigual dentro do próprio serviço público e contribui para a percepção de que as regras de contenção fiscal são aplicadas de maneira diferente conforme a posição ocupada. A proposta, portanto, é revisar e limitar esses benefícios, garantindo que nenhuma remuneração pública ultrapasse o teto constitucional por meio de adicionais, auxílios ou outras formas indiretas de remuneração. O objetivo não é atacar o funcionalismo público, mas combater privilégios no interior do Estado e defender uma estrutura pública mais igualitária.

b. Ações coletivas: do apoio crítico ao compromisso prático

Entendemos que o apoio crítico não se encerra nesta carta. Se nossas críticas pretendem contribuir para o fortalecimento da Bancada da Esquerda Radical e da esquerda socialista-comunista brasileira, elas também precisam produzir compromissos concretos de nossa parte.

Por isso, assumimos, enquanto coletivo político de classe, o compromisso de desenvolver ações que materializem esse processo de construção conjunta. Da mesma forma que cobramos coerência entre discurso e prática, entendemos que nossas próprias reflexões devem ser acompanhadas de iniciativas concretas.

Dentro de nossas possibilidades organizativas, destacamos algumas ações que nos comprometemos a desenvolver:

- Formação política e educação popular, por meio de conteúdos produzidos em nosso blog e, principalmente, pela continuidade das rodas de conversa promovidas pelo coletivo, como os Encontros de Terça, além da organização de formações específicas sobre as propostas apresentadas pela Bancada da Esquerda Radical e os debates suscitados por esta carta.
- Comunicação e agitação política, utilizando nossas redes sociais para divulgar as propostas da Bancada, estimular o debate público e, ao mesmo tempo, colocar em prática as reflexões aqui apresentadas sobre comunicação popular, buscando produzir conteúdos mais acessíveis, enraizados na realidade da classe trabalhadora e capazes de ampliar o alcance das ideias socialistas.
- Participação nas mobilizações e campanhas, incluindo nosso apoio à campanha de Jones Manoel e Yasmin Alves, com participação em atividades, atos públicos e iniciativas organizadas em Recife, dentro das possibilidades materiais e organizativas do coletivo.

Também nos colocamos à disposição para aprofundar os vínculos construídos a partir desta carta, desenvolvendo espaços permanentes de diálogo, formação e atuação conjunta sempre que houver convergência política e condições concretas para isso.

Fazemos esse compromisso com humildade. Somos um coletivo pequeno, ainda em processo de consolidação, mas constante, comprometido e profundamente enraizado na construção coletiva. Nossa trajetória nasce também da experiência da Comunidade Farol, formada em torno dos debates promovidos pelo Farol Brasil, especialmente pelo Manhã Brasil, com Mauro Lopes. Foi nesse espaço que aprendemos, na prática, que construir unidade não significa eliminar divergências, mas produzir consensos sem apagar os dissensos.

Por fim, aproveitamos esta carta para manifestar nosso apoio à campanha organizada por PSTU, Unidade Popular e PCB em defesa da participação da esquerda radical nos debates promovidos pelos grandes meios de comunicação. Consideramos que a democratização do acesso aos espaços públicos de debate é condição fundamental para ampliar a pluralidade política, fortalecer o debate democrático e garantir que setores da esquerda socialista possam apresentar diretamente suas propostas à sociedade brasileira.

Essa carta é, portanto, apenas um primeiro passo.

Esperamos que ela seja o início de um diálogo permanente, capaz de produzir novas reflexões, ações conjuntas e formas cada vez mais consistentes de organização da classe trabalhadora brasileira.

2. Como cobraremos: críticas à bancada

Entendemos que o apoio crítico somente faz sentido quando acompanhado da disposição de cobrar coerência política, estratégica e programática. As reflexões apresentadas a seguir não pretendem encerrar debates, mas indicar questões que, em nossa avaliação, precisarão ser enfrentadas pela Bancada da Esquerda Radical ao longo de sua atuação.

a. A disputa sobre o lulismo: entre consensos, caracterizações e desafios

As discussões em torno do lulismo foram, talvez, uma das maiores expressões da riqueza e da complexidade de nosso processo coletivo. Longe de produzir respostas definitivas, elas revelaram tanto consensos importantes quanto dissensos que ainda precisarão ser aprofundados.

⇔ Movimento 1: entre consensos e dissensos

Não alcançamos um consenso sobre quais estratégias devem ser construídas para superar o lulismo enquanto horizonte político da esquerda brasileira. Tampouco encerramos o debate sobre quais caminhos organizativos seriam mais adequados para essa tarefa.

Entretanto, chegamos a um acordo em um ponto fundamental: o lulismo não representa o horizonte político que defendemos enquanto coletivo. Reconhecemos seus limites históricos, estratégicos e programáticos e entendemos que sua forma de administrar o capitalismo brasileiro não corresponde a um projeto radical de transformação da sociedade.

Nesse sentido, consideramos fundamental diferenciar o lulismo da esquerda radical. Essa distinção não interessa apenas ao nosso coletivo; ela é necessária para o conjunto da classe trabalhadora brasileira, especialmente para aqueles que ainda identificam o governo federal ou o Partido dos Trabalhadores como expressão de toda a esquerda existente no país.

⇔ Movimento 2: caracterizar para compreender

Outro consenso importante foi a necessidade de evitar generalizações.

Quando falamos em lulismo, estamos nos referindo a uma configuração política que envolve diferentes sujeitos, com distintos níveis de poder, responsabilidade e capacidade de decisão.

No centro dessa estrutura encontram-se os governos e os parlamentares que conduzem, implementam e defendem concretamente as políticas associadas ao projeto lulista.

Há também os partidos que sustentam esse campo político. Dentro dessas organizações, é igualmente necessário distinguir suas direções nacionais, suas lideranças e suas bases militantes. As direções possuem maior capacidade de definir estratégias e orientar os rumos políticos, enquanto muitos militantes constroem sua atuação cotidiana a partir dessas orientações, nem sempre participando efetivamente dos processos decisórios. Em outros casos, quando expressam divergências, enfrentam processos de isolamento, silenciamento ou mesmo expulsão.

Por fim, existe a dimensão mais ampla da sociedade.

Nela encontramos militantes organizados, trabalhadores que acompanham a política de forma mais constante, pessoas que consomem conteúdos políticos nas redes sociais e, sobretudo, a imensa maioria da classe trabalhadora brasileira, cuja relação com a política institucional é marcada por experiências fragmentadas, dificuldades materiais e reduzido acesso aos debates mais aprofundados.

Essa diferenciação possui consequências práticas. Nossa forma de fazer crítica não pode ser a mesma para todos esses sujeitos.

Quanto maior o poder político e institucional de um ator, maior deve ser nossa capacidade de formular críticas públicas, diretas e contundentes.

Quanto menor seu poder de decisão e maior sua proximidade com a condição de classe trabalhadora, mais central deve ser nossa disposição para o diálogo, para a escuta ativa e para a construção de consciência coletiva.

⇔ Movimento 3: um debate em construção

Nosso debate sobre o lulismo permanece aberto.

Como coletivo, reconhecemos a necessidade de aprofundar nossos estudos sobre sua formação histórica, suas características políticas e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. O mesmo vale para nossas reflexões sobre os processos contemporâneos de fascistização.

Ainda não consideramos que possuímos uma caracterização suficientemente amadurecida para apresentar conclusões definitivas.

O que conseguimos afirmar, até o momento, é que tanto o lulismo quanto a extrema direita constituem respostas distintas à crise do capitalismo brasileiro. Embora possuam estratégias, discursos, bases sociais e formas de atuação diferentes, ambos operam, em última instância, dentro dos limites da ordem capitalista e não apontam para sua superação.

Essa percepção constitui, para nós, menos uma conclusão do que uma hipótese de trabalho.

Ela exige aprofundamento teórico, investigação histórica e debate político permanente.

Assumimos, portanto, o compromisso de continuar esse estudo coletivamente, compreendendo que caracterizar corretamente nossos adversários, nossos interlocutores e nossos próprios limites é uma condição indispensável para construir uma estratégia socialista-comunista enraizada na realidade brasileira.

b. Parlamentares ou tribunos do povo?

(qual será a prática política da Bancada?)

Outra questão que permaneceu pouco desenvolvida no manifesto diz respeito ao papel que a Bancada pretende desempenhar.

Não ficou claro se sua estratégia está centrada prioritariamente na atuação parlamentar ou se compreende o parlamento como apenas um dos espaços da luta política.

Não desconsideramos a importância da disputa institucional. Apresentar projetos de lei, disputar orçamento público, denunciar ataques à classe trabalhadora, construir acordos táticos e utilizar a tribuna parlamentar são tarefas importantes.

A questão é outra. **Isso basta?**

Lênin formulava a ideia do tribuno do povo como alguém que utilizava o espaço institucional para organizar politicamente a classe trabalhadora e fortalecer sua capacidade de luta para além das instituições. O parlamento era um instrumento, nunca um fim em si mesmo.

Nesse sentido, perguntamos: **a Bancada pretende limitar sua atuação às disputas institucionais ou pretende utilizar seu mandato para fortalecer organizações populares, movimentos sociais, sindicatos, associações comunitárias, ocupações, escolas, universidades e demais espaços onde a classe trabalhadora constrói sua própria organização?**

Essa questão também nos leva a pensar sobre a própria forma de exercício do poder político. Se defendemos que a classe trabalhadora deve ter maior capacidade de decidir sobre os rumos da sociedade, essa participação não pode se limitar à escolha de representantes em

períodos eleitorais. É necessário ampliar os mecanismos de democracia direta e de participação popular na vida política.

Nesse sentido, consideramos fundamental discutir o papel de plebiscitos, referendos e conselhos populares como instrumentos permanentes de participação e organização. Plebiscitos e referendos podem permitir que questões de grande relevância sejam submetidas diretamente à população, enquanto conselhos populares podem criar espaços contínuos de participação, fiscalização e deliberação sobre políticas públicas, orçamento e serviços que afetam diretamente a vida da população.

Mais do que defender mecanismos participativos de maneira abstrata, a Bancada poderia utilizar seu mandato para construir as condições políticas e institucionais para que esses instrumentos sejam efetivamente utilizados pela população. Isso significa defender formas de consulta e decisão popular, estimular a organização nos territórios e locais de trabalho e aproximar a atuação parlamentar das organizações que já existem e das que podem ser construídas pela própria classe trabalhadora.

A democracia, nesse sentido, não deve ser reduzida à representação parlamentar. O mandato pode — e deve — servir para ampliar a capacidade de organização, mobilização e decisão direta do povo. O parlamento pode ser uma tribuna, mas também pode ser uma ferramenta para abrir novos espaços de participação e fortalecer aqueles que já existem.

Nossa preocupação é que a esquerda repita um caminho já conhecido: concentrar suas energias na negociação institucional enquanto a organização popular permanece secundarizada.

Por isso, gostaríamos de compreender como a Bancada pretende enfrentar esse desafio: **como transformar o mandato parlamentar em instrumento de organização popular, democracia direta e fortalecimento da capacidade da classe trabalhadora de intervir e decidir sobre os rumos da sociedade?**

c. Uma frente de partido único?

(qual será sua forma de organização?)

Outra preocupação surgida durante nossos debates refere-se à própria composição política da Bancada.

Embora a proposta se apresente como um esforço de unidade da esquerda radical, sua composição atual é formada majoritariamente por parlamentares de um mesmo partido.

Isso não constitui, por si só, um problema.

Entretanto, levanta questões importantes sobre a autonomia política da própria Bancada.

Como construir uma frente verdadeiramente plural quando sua maioria está vinculada às mesmas direções partidárias?

Como preservar uma linha política própria diante das disputas internas do PSOL e de suas diferentes correntes?

Essa preocupação torna-se ainda mais relevante quando observamos que parte significativa dessas correntes continua defendendo a manutenção do PSOL como base de sustentação dos governos lulopetistas (muito além do apoio no governo federal, mas também em diversos governos estaduais), inclusive com apoio já declarado para futuras disputas eleitorais.

Mesmo reconhecendo a diversidade interna existente no partido, perguntamos:

Como essas diferentes posições impactarão as decisões da Bancada?

Até que ponto sua atuação coletiva conseguirá manter autonomia programática diante das orientações partidárias?

Mais do que discutir partidos específicos, nossa preocupação é compreender quais mecanismos garantirão que a Bancada seja, de fato, uma construção da esquerda radical e não apenas uma articulação parlamentar de um único partido.

d. Uma proposta eleitoral ou eleitoreira?

(qual será sua estratégia?)

Também nos perguntamos qual lugar a disputa eleitoral ocupa na estratégia apresentada pela Bancada.

Reconhecemos que a luta institucional continua sendo um terreno importante de disputa política. Entretanto, também reconhecemos seus limites.

A esquerda brasileira participa de eleições há décadas. Ao longo desse período conquistou importantes avanços, mas também passou grande parte de sua energia tentando impedir novos retrocessos.

Perguntamos, então:

Como transformar a atuação eleitoral em um instrumento de construção de poder popular e não apenas de contenção das ofensivas da direita e extrema direita?

Ao mesmo tempo, observamos que cresce, nacional e internacionalmente, o descrédito nas instituições políticas tradicionais.

O aumento das abstenções, dos votos brancos e nulos, dos indecisos e da desconfiança em relação ao sistema político revela uma crise mais profunda da representação.

Em pesquisa recente - e praticamente inédita - feita pelo ICL (Instituto Conhecimento Liberta) há indicação que parcelas significativas da população defendem mudanças estruturais no sistema econômico e político. Cerca de 30%.

Esse dado nos parece revelar uma disposição social que ainda encontra pouca expressão organizada na esquerda.

Nossa pergunta, portanto, é simples:

Como a Bancada pretende dialogar com esse sentimento difuso de transformação sem reduzi-lo apenas à disputa eleitoral?

e. As tais liberdades democráticas.

(qual será sua compreensão da democracia e do Estado?)

Antes de encerrarmos nossas cobranças, retomamos um tema que apareceu diversas vezes tanto no manifesto quanto nas falas públicas de parte dos parlamentares da Bancada: a defesa das chamadas liberdades democráticas.

Consideramos essa uma pauta fundamental. Entretanto, acreditamos que ela precisa ser radicalizada.

Quando falamos em democracia e liberdades democráticas, precisamos começar por uma pergunta fundamental: **democracia para quem? Liberdades para quem?**

Não se trata de negar a importância dos direitos civis e políticos conquistados historicamente. Ao contrário: reconhecemos que liberdade de expressão, organização, manifestação, voto, associação e imprensa são conquistas das lutas populares e devem ser defendidas contra qualquer tentativa autoritária de suprimi-las.

A questão é compreender que a existência formal de um direito não garante, por si só, sua realização concreta.

Essa distinção é particularmente importante diante de uma concepção estritamente jurídico-formal da democracia. Uma leitura juspositivista pode reconhecer a existência de um direito a partir de sua previsão legal: se a Constituição garante determinado direito, ele existe juridicamente. Mas a realidade social nos obriga a fazer uma pergunta adicional: quem possui as condições materiais para exercer esse direito?

Ter uma Constituição que reconhece amplos direitos sociais e políticos — a chamada "Constituição Cidadã" de 1988 — foi uma conquista histórica. Mas sua existência no papel não significa que esses direitos sejam igualmente experimentados por toda a população.

É justamente aí que aparece o limite da chamada democracia burguesa. Embora estabeleça formalmente a igualdade jurídica entre os indivíduos e assegure direitos políticos universais, ela convive com profundas desigualdades econômicas e com uma concentração de poder que limita as possibilidades reais de participação. Em uma sociedade na qual alguns concentram riqueza, meios de comunicação, propriedade e capacidade de influência política, enquanto outros precisam vender sua força de trabalho para sobreviver, a igualdade formal não elimina a desigualdade material.

Por isso, uma concepção radical de democracia não pode se contentar em perguntar se determinado direito está escrito na lei. Precisa perguntar quais são as condições sociais que permitem ou impedem que esse direito seja efetivamente exercido.

É a partir dessa perspectiva que propomos analisar algumas dessas liberdades.

⇔ Liberdade de expressão e comunicação

Formalmente, todos possuem o direito de expressar suas opiniões e de acessar e produzir informação.

Na prática, a capacidade de fazer uma voz ser ouvida é profundamente desigual:

- grandes grupos econômicos concentram parcela significativa dos meios de comunicação;
- plataformas digitais privadas controlam mecanismos fundamentais de distribuição e alcance de informações;
- comunicadores populares e independentes enfrentam dificuldades de financiamento, desmonetização, restrições de alcance e exclusão de contas;
- jornalistas e comunicadores podem sofrer perseguições políticas e judiciais;
- trabalhadores podem deixar de se manifestar politicamente por medo de retaliações no ambiente de trabalho;
- iniciativas de comunicação popular possuem muito menos recursos para disputar atenção e circulação de informação.

Portanto, não basta perguntar se todos podem falar. É necessário perguntar:

Quem possui os meios materiais, econômicos e tecnológicos para ser ouvido?

A liberdade de expressão não pode significar apenas a liberdade de falar. Deve envolver também a possibilidade concreta de produzir, acessar e fazer circular informação.

⇔ Liberdade de organização e manifestação

Formalmente, qualquer pessoa pode organizar sindicatos, movimentos sociais, partidos, associações e manifestações.

Na prática, a capacidade de organização é atravessada pela posição social ocupada por cada indivíduo:

- trabalhadores podem sofrer demissões ou perseguições por sua atuação sindical e política;
- greves e mobilizações podem ser submetidas a restrições administrativas e judiciais;
- movimentos populares são frequentemente criminalizados;
- ocupações urbanas e rurais enfrentam repressão e despejos;
- lideranças indígenas, quilombolas, camponesas e comunitárias permanecem expostas à violência em conflitos territoriais.
- Espaços e integrantes de religiosidades de matrizes africanas são constantemente atacados

A liberdade de organização precisa ser analisada também a partir do conflito entre interesses sociais distintos.

Até onde vai a liberdade de organização quando ela confronta interesses econômicos poderosos?

Uma democracia substantiva não pode garantir liberdade apenas para aqueles que já possuem recursos, influência e proteção institucional. Ela precisa garantir condições para que a classe trabalhadora também possa se organizar e disputar os rumos da sociedade.

⇔ Direito à terra e aos territórios

Os direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são reconhecidos constitucionalmente.

Entretanto, entre o reconhecimento jurídico e sua realização concreta existe uma enorme distância:

- processos de demarcação e titulação podem permanecer durante anos sem conclusão;
- invasões e conflitos territoriais continuam ocorrendo;
- garimpo ilegal, mineração e expansão de atividades econômicas avançam sobre territórios protegidos;
- comunidades tradicionais enfrentam ameaças e violência;
- defensores dos territórios permanecem expostos a conflitos e perseguições.

Nesse caso, a própria possibilidade de exercer direitos fundamentais depende da garantia material do território.

Que liberdade possui uma comunidade cuja existência está permanentemente ameaçada pela perda de seu território?

⇔ Igualdade perante a lei e igualdade material

A Constituição estabelece que todas as pessoas são iguais perante a lei.

Essa igualdade jurídica é uma conquista fundamental. Mas ela não pode ser confundida com a existência de igualdade na sociedade.

Pessoas com rendas, patrimônios, condições de moradia, escolaridade e acesso à justiça radicalmente diferentes não partem das mesmas condições para exercer seus direitos.

A desigualdade aparece:

- no acesso à Justiça e à defesa jurídica;
- nas condições de educação pública e privada;
- no acesso à saúde e aos serviços públicos;
- nas condições de moradia e infraestrutura urbana;
- no acesso à alimentação adequada;
- nas oportunidades de trabalho e renda;
- na desigualdade racial e de gênero;
- nas diferenças entre centro e periferia e entre regiões do país;
- na forma desigual como diferentes grupos são tratados pelas instituições do Estado.

A própria necessidade de políticas de ação afirmativa e políticas compensatórias demonstra que a igualdade formal, isoladamente, não produz igualdade de condições.

Também aqui a questão não é negar a igualdade jurídica, mas perguntar:

De que vale a igualdade perante a lei quando as pessoas não possuem condições minimamente iguais para exercer os direitos que a própria lei reconhece?

Uma democracia substantiva precisa avançar da igualdade formal para a construção de condições materiais que permitam o exercício efetivo dos direitos.

⇔ Direito ao voto e participação política

Formalmente, toda cidadã e todo cidadão pode votar e, dentro das regras estabelecidas, disputar eleições.

O sufrágio universal foi uma conquista fundamental das lutas democráticas. Mas a democracia não pode começar e terminar no momento do voto.

Campanhas eleitorais dependem de estruturas financeiras, organizações, meios de comunicação e capacidade de mobilização profundamente desiguais. Além disso, decisões fundamentais sobre orçamento, crédito, juros, política econômica e investimentos permanecem frequentemente distantes da participação direta da população.

Milhões de trabalhadores são chamados a decidir periodicamente quem ocupará determinados cargos, mas possuem poucos mecanismos permanentes para interferir nas decisões tomadas depois das eleições.

Votar é fundamental. Mas votar periodicamente é suficiente para caracterizar uma democracia popular?

É nesse ponto que a defesa das liberdades democráticas precisa se encontrar com a defesa da democracia direta e da organização popular: plebiscitos, referendos, conselhos populares, orçamento participativo e outras formas de participação permanente podem ampliar a capacidade da população de decidir sobre aquilo que afeta diretamente sua vida.

⇔ Liberdade para viver com dignidade

Por fim, existe uma dimensão da liberdade que não pode ser ignorada: as condições materiais de existência.

De pouco serve afirmar que todos são formalmente livres se milhões de pessoas não possuem segurança econômica, moradia adequada, acesso à saúde, educação, alimentação e trabalho digno.

Existe liberdade quando uma família está permanentemente endividada?

Existe liberdade quando um trabalhador precisa aceitar condições degradantes de trabalho porque não possui outra alternativa para sobreviver?

Existe liberdade quando o acesso à saúde, educação, moradia e alimentação depende profundamente da renda e do território em que uma pessoa nasceu?

A liberdade, nesse sentido, não pode ser reduzida à ausência de proibições jurídicas. Ela também envolve a capacidade concreta de determinar os rumos da própria vida.

Esses exemplos não pretendem negar a importância das liberdades democráticas conquistadas historicamente. Ao contrário: elas devem ser defendidas justamente porque foram resultado de intensas lutas populares e porque sua supressão representa uma ameaça direta à capacidade de organização da classe trabalhadora.

Mas defendê-las não significa aceitar uma concepção limitada de democracia.

Uma Constituição democrática não torna, por si só, uma sociedade democrática.

Um direito escrito na lei não garante, por si só, sua realização.

A igualdade jurídica não elimina, por si só, a desigualdade material.

E o voto não esgota, por si só, a participação política.

Por isso, a tarefa da esquerda radical não deve ser apenas preservar as liberdades formais existentes, mas ampliá-las e criar as condições materiais para que sejam efetivamente exercidas pela maioria da população.

Nosso horizonte deve ser uma democracia substantiva: uma sociedade na qual a classe trabalhadora não seja apenas juridicamente livre para participar da vida política, mas possua tempo, recursos, organização, informação e poder material para fazê-lo.

É a partir dessa compreensão que perguntamos à Bancada: **qual é a sua concepção de democracia e de Estado? A defesa das liberdades democráticas será entendida apenas como defesa das garantias jurídicas existentes ou como parte de um projeto de ampliação radical da participação popular e do poder de decisão da classe trabalhadora?**

f. Apoio crítico: quais são seus limites?

(como vocês se relacionarão com o lulismo e com os governos? — a grande cobrança política)

Ao longo desta carta utilizamos diversas vezes a expressão "apoio crítico". Fizemos isso porque acreditamos que esse conceito precisa recuperar seu sentido político e estratégico.

Apoiar criticamente não significa apoiar incondicionalmente.

Também não significa transformar toda divergência em ruptura.

O apoio crítico existe justamente nesse espaço contraditório: reconhecer avanços, construir ações comuns e, ao mesmo tempo, preservar a autonomia política necessária para apontar limites, contradições e caminhos diferentes.

É por isso que consideramos necessário discutir quais são os limites desse apoio quando direcionado a governos e forças políticas que, em nossa avaliação, mantêm elementos centrais do projeto neoliberal.

A questão fundamental é:

Como exercer um apoio crítico a um programa que, em diversos aspectos, contradiz o próprio programa apresentado pela Bancada?

Essa pergunta não busca negar a necessidade de táticas políticas ou ignorar a complexidade da disputa institucional.

Sabemos que a política concreta exige alianças, mediações e escolhas estratégicas.

Entretanto, toda aliança precisa responder claramente:

O que estamos apoiando? Em nome de qual objetivo? Com quais limites?

Nossa preocupação é que o combate ao fascismo eleitoral, embora seja uma tarefa fundamental, não se transforme em uma justificativa permanente para a diluição da autonomia política da esquerda radical.

O fascismo deve ser combatido. Mas combater o fascismo não pode significar abandonar a disputa sobre qual projeto de sociedade queremos construir.

A história brasileira recente demonstra que a política organizada exclusivamente pelo medo de um adversário maior, frequentemente reduz a esquerda à posição de administradora do possível, enquanto suas propostas estratégicas ficam subordinadas às urgências eleitorais.

Nesse sentido, acreditamos que a Bancada precisa refletir sobre sua relação com governos, partidos e alianças que não compartilham integralmente de seu horizonte político.

Apoiar criticamente não pode significar apenas participar de campanhas, convenções, atos institucionais ou manifestações públicas de unidade.

O apoio crítico precisa existir também quando há divergências. Precisa aparecer quando políticas contrariam aquilo que defendemos. Precisa existir quando os interesses da classe trabalhadora entram em conflito com interesses econômicos organizados.

Uma esquerda radical não pode ter medo de criticar aqueles que, em determinados momentos, são aliados táticos.

Porque uma crítica feita entre companheiros e camaradas de luta não enfraquece a esquerda. Ao contrário.

Ela é uma das condições para que a esquerda mantenha sua identidade, sua independência política e sua capacidade de apresentar uma alternativa real para a classe trabalhadora.

Por isso, nosso apoio crítico à Bancada da Esquerda Radical possui duas dimensões inseparáveis:

A primeira é a construção conjunta sempre que houver convergência de objetivos e ações.

A segunda é a crítica pública e fraterna sempre que enxergarmos contradições que possam afastar a esquerda de seu horizonte revolucionário.

É dessa forma que compreendemos uma relação madura entre organizações comprometidas com a transformação social.

Não uma relação baseada em silêncio ou oposição automática.

Mas uma relação baseada em debate, elaboração coletiva e compromisso histórico.

Conclusão

Reafirmando nosso apoio crítico

Esta carta nasceu de um processo coletivo de debate, reflexão e autocrítica.

Ela não surgiu da intenção de criar mais uma disputa interna na esquerda, tampouco de produzir uma crítica externa à distância.

Ela nasceu justamente porque reconhecemos a importância da construção apresentada pela Bancada da Esquerda Radical e porque acreditamos que a esquerda socialista-comunista brasileira precisa de mais espaços de diálogo, elaboração e construção coletiva.

Ao longo deste texto apresentamos nossas discordâncias sobre a análise de conjuntura, sobre a comunicação política, sobre a estratégia de atuação e sobre os desafios colocados para a construção de uma alternativa socialista no Brasil.

Fizemos isso porque acreditamos que uma esquerda revolucionária precisa ter coragem para olhar para si mesma.

A autocrítica não é sinal de fraqueza. É uma demonstração de maturidade política.

Os desafios colocados diante da classe trabalhadora brasileira são enormes.

Vivemos uma realidade marcada pela precarização do trabalho, pelo avanço das formas de exploração, pela concentração de riqueza, pelo fortalecimento da extrema direita e pelos limites cada vez mais evidentes das alternativas apresentadas dentro da ordem existente. Uma realidade marcada por crises múltiplas: ambiental, social, político, econômica, moral, ética e estética.

Nesse cenário, a reconstrução de uma verdadeira esquerda enraizada na realidade brasileira não é apenas necessária.

É urgente.

Mas essa reconstrução não acontecerá apenas por meio de eleições, mandatos ou documentos políticos.

Ela dependerá da capacidade de organizar, ouvir e construir junto com a classe trabalhadora em seus territórios, locais de trabalho, escolas, universidades, movimentos, sindicatos, comunidades e espaços cotidianos de vida.

Acreditamos que a Bancada da Esquerda Radical pode cumprir um papel importante nesse processo.

Mas esse papel dependerá da capacidade de transformar representação institucional em organização popular, discurso em prática e programa em movimento.

É nesse espírito que reafirmamos nosso apoio crítico.

Seguiremos construindo conjuntamente aquilo que fortalece a luta da classe trabalhadora.

Seguiremos apresentando nossas críticas quando julgarmos necessário.

Seguiremos buscando convergências sem abrir mão das nossas diferenças.

Porque acreditamos que a unidade da esquerda radical não será construída pelo silêncio diante das divergências, mas pela capacidade de debatê-las com honestidade, respeito e compromisso revolucionário.

Esperamos que esta carta seja recebida como aquilo que ela pretende ser:

Uma contribuição fraterna.

Um convite ao diálogo.

E uma demonstração de que, apesar das diferenças, seguimos comprometidos com a construção de uma sociedade verdadeiramente livre da exploração e da opressão.

Chamamento público

Esta carta não pretende encerrar um debate. Ao contrário.

Ela nasce justamente da compreensão de que a reconstrução de uma esquerda radical no Brasil dependerá da capacidade de criar espaços permanentes de diálogo, elaboração coletiva e organização política.

Por isso, convidamos todas e todos que compartilham da necessidade de construir uma alternativa enraizada na realidade brasileira a conhecerem esta carta, debatê-la e contribuírem com suas próprias reflexões.

Convidamos também aquelas e aqueles que se identificam com a construção da Bancada da Esquerda Radical a acompanharem seu trabalho, fortalecerem sua atuação e participarem desse processo de construção política.

Uma esquerda forte não é construída apenas por seus representantes eleitos.

Ela depende da participação cotidiana de militantes, trabalhadores, estudantes, educadores, pesquisadores, movimentos sociais e todas as pessoas comprometidas com a transformação da sociedade.

Da mesma forma, apresentamos este documento ao debate público porque acreditamos que o próprio coletivo FERA também deve estar aberto à crítica.

As reflexões aqui apresentadas não são uma palavra final. São uma contribuição construída a partir de debates coletivos, mas que permanece aberta a novas análises, contrapontos e discordâncias.

Convidamos aqueles que discordarem de nossas posições a dialogarem conosco.

Convidamos aqueles que concordarem a somarem forças.

Convidamos aqueles que possuem outras interpretações da realidade brasileira a apresentarem suas contribuições.

Porque uma esquerda verdadeiramente radical só pode ser construída através da capacidade de ouvir, debater, revisar posições e construir sínteses coletivas.

À Bancada da Esquerda Radical, deixamos também nosso convite para a continuidade desse diálogo. Esperamos que esta carta seja apenas o início de uma relação política mais próxima, baseada no respeito, na crítica fraterna e na construção conjunta de iniciativas que fortaleçam a organização da classe trabalhadora.

O debate continua. A construção continua.

E ela precisa ser feita por todas e todos que acreditam que um outro futuro não apenas é possível, mas necessário.

Apenas o povo trabalhador, pode salvar o povo trabalhador!